



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**CAMILA MACHADO RIBEIRO**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS:  
UMA BREVE REVISÃO DE ESTUDOS**

**VIÇOSA – MG  
2017**

**CAMILA MACHADO RIBEIRO**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS:  
UMA BREVE REVISÃO DE ESTUDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Cristina Porcaro.

**VIÇOSA – MG  
2017**

**CAMILA MACHADO RIBEIRO**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS:  
UMA BREVE REVISÃO DE ESTUDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rosa Cristina Porcaro.

APROVADA em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane Aparecida Baquim  
(Banca avaliadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Alvanize Valente Ferenc  
(Banca avaliadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Cristina Porcaro  
(Orientadora)

*A Deus, meus pais, minha irmã e toda minha família, que  
sempre estiveram comigo e nunca mediram esforços para  
que eu realizasse meus sonhos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por estar sempre me protegendo, iluminando e me dando forças para que eu chegasse até aqui. Aos meus pais, por todo apoio, carinho, dedicação, força e por abraçarem meus sonhos, sem vocês nada teria sentido. A minha irmã, pela paciência e companheirismo durante esses anos importantes em minha vida. As minhas tias, sempre presente, caminhando comigo e sempre se esforçando para me verem chegar até aqui.

Aos amigos, obrigada pelos momentos maravilhosos que tivemos juntos e por estarem sempre comigo. Aos mestres, obrigada por todas as experiências, conhecimento construído e ensinamentos. A todos familiares que me incentivaram, acreditaram, torceram por mim e pelo meu sucesso.

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Paulo Freire*

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a formação de educadores para atuar na educação de jovens e adultos. Buscou-se, nesse sentido, analisar o processo de formação inicial e continuada dos educadores para a EJA no Brasil. Para fundamentar esse estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre essa temática, analisando a importância da formação inicial e continuada para a atuação dos docentes na Educação de Jovens e Adultos. Assim, foram levantados alguns autores para fundamentar o estudo, dentre eles: Arroyo (2011), Porcaro e Soares (2012), Vóvio e Bicas (2001). Após estudos e análises de produções destes autores, foi possível identificar a importância de uma formação inicial e de uma formação continuada específicas para a atuação docente na EJA. A qualidade do processo de ensino dos alunos jovens e adultos é muito importante, para que os educandos alcancem um novo nível de conhecimento. Por isso, o educador deve ter uma formação que favoreça a utilização de estratégias didáticas, para que consiga utilizá-las fazendo repercutir em bons desempenhos, como no desenvolvimento de um pensamento crítico desses educandos. Vimos, porém, que esse processo de formação inicial ainda é insuficiente nos cursos de Licenciatura, pois estes não oferecem disciplinas específicas que aprofundem a temática da EJA. Da mesma forma, é o que se dá com o processo de formação continuada dos professores que já estão atuando na EJA: não se volta especificamente para as questões desta modalidade.

**Palavras chave:** Formação inicial; Formação continuada; Educação de Jovens e Adultos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.</b> ....	<b>09</b>
<b>1. ANDRAGOGIA: CONCEPÇÃO, FUNDAMENTOS E PRÁTICAS</b> .....	<b>11</b>
<b>2. A EJA NA ATUALIDADE.</b> .....	<b>13</b>
<b>3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS.</b> .....	<b>19</b>
<b>4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS</b> .....	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>27</b>



## INTRODUÇÃO

O presente estudo se refere a um trabalho bibliográfico que cumpre um requisito para conclusão do curso de Pedagogia. O interesse em desenvolver um estudo sobre a questão da formação de educadores de jovens e adultos no Brasil, surgiu durante as minhas vivências acadêmicas no curso de Pedagogia, ao cursar a disciplina EDU 263 – Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, que me fez refletir sobre o contexto histórico e as especificidades da EJA. Foi durante a disciplina, também, que pude conhecer melhor essa modalidade de ensino e interessar-me em dar continuidade aos estudos sobre o tema.

No entanto, foi durante a disciplina optativa EDU 495 – EJA e Diversidade, que aborda temáticas referentes à diversidade e aos princípios de Paulo Freire, que me senti mais estimulada em aprofundar também um estudo mais detalhado sobre todo o trabalho desenvolvido por Paulo Freire neste período. Compreendo que, apesar dos avanços tidos no campo de atuação docente, o reconhecimento da EJA como modalidade de ensino ainda é muito tímido, devido às práticas educativas e às metodologias utilizadas pelos professores na EJA, que nem sempre consideram as especificidades e as particularidades dos educandos adultos.

Sendo assim, é relevante destacar que o educador tem um importante papel na formação desse educando, devendo atuar como um mediador em seu processo de construção do conhecimento, utilizando metodologias adequadas para essa modalidade e para essa fase de desenvolvimento. Segundo Martins (2013, p.145),

ensinar já não é mais levar o conhecimento para a sala de aula e, sim, enriquecer e valorizar os conhecimentos dos estudantes, o que significa adequar as metodologias tradicionais aos conceitos andragógicos que levarão à construção coletiva dos conhecimentos a partir dos referenciais de vida deles, tornando o aprendizado mais agradável e contextualizado.

No entanto, para que isso aconteça, será preciso que o professor tenha uma formação adequada, específica para a atuação na EJA, e a sua formação acaba sendo insuficiente, precisando de uma maior inserção da temática da EJA nas diversas disciplinas oferecidas durante a graduação. Nesse contexto, considero que seria necessário que ocorresse uma formação inicial mais aprofundada na área e também um trabalho de formação continuada nos espaços de atuação destes professores.

Por isso, com o intuito de refletir sobre essa temática, surgiu a necessidade de realizar uma pesquisa de caráter bibliográfico. Estabeleceu-se como objetivo central dessa pesquisa fazer um levantamento bibliográfico, com base em alguns textos e autores, sobre a formação de educadores de jovens e adultos, a fim contextualizar sobre andragogia e sobre a EJA na atualidade, bem como analisar a importância da formação inicial e continuada para a atuação destes docentes na educação de jovens e adultos.

Com base nos objetivos propostos, este estudo se caracterizou por uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002, p.44),

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

A escolha da pesquisa com caráter bibliográfico, para a construção deste trabalho, foi importante para que os objetivos do estudo fossem alcançados, buscando por meio da pesquisa, analisar a formação inicial e continuada dos educadores para a atuação na educação de jovens e adultos. A pesquisa bibliográfica se constituiu de cinco fases, a saber: na primeira fase, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos, livros e revistas, escrito por autores, sendo alguns deles: Arroyo (2011), Machado (2001), Porcaro (2011), Rosa (2008), Soares (2006), e Vóvio e Bicas (2001), que analisam o processo de formação inicial e continuada dos educadores de jovens e adultos.

Na segunda fase, foi realizado um levantamento bibliográfico de autores, como Silva (2012), Carvalho (2010) e Martins (2012), que escreveram artigos sobre a temática “andragogia”, abordando seu significado e importância para o aprendizado do adulto. Na terceira fase, foi realizada uma análise tomando como base os autores referenciados, fazendo a seleção e a análise do conteúdo pesquisado. Na quarta fase, realizou-se a leitura dos fichamentos do material encontrado, ordenando-se as informações coletadas a respeito do tema deste trabalho. Por fim, na quinta e última fase, os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica foram articulados e descritos na forma de texto.

Nessa perspectiva, o presente trabalho ficou dividido em quatro partes:

- ✓ 1 - ***Andragogia: concepção, fundamentos e práticas***, que tem por objetivo fazer um breve estudo sobre a Andragogia, sua concepção, fundamentos e práticas sociais.
- ✓ 2 - ***A EJA na atualidade***, que constitui-se sobre a EJA na atualidade, os educandos e suas especificidades.
- ✓ 3 - ***O processo de formação inicial dos educadores de jovens e adultos***, que aborda a formação inicial dos educadores.
- ✓ 4 - ***O processo de formação continuada dos educadores de jovens e adultos***, que trata da formação continuada dos educadores de jovens e adultos e a importância do coordenador pedagógico nessa formação.

Por fim, optamos por finalizar nosso estudo apresentando algumas constatações do estudo bibliográfico realizado, buscando articular todos os elementos para uma análise do contexto do processo de formação de educadores para atuar com a educação de jovens e adultos.

## **1. ANDRAGOGIA: CONCEPÇÃO, FUNDAMENTOS E PRÁTICAS**

O termo Andragogia, significa o estudo sobre o ensino para adultos. Ela busca compreender e orientar o processo de aprendizagem do adulto e fundamenta-se no “aprender fazendo”. Segundo Silva *et al* (2012), o modelo andragógico foi preconizado por Malcolm S. Knowles, que é considerado um grande expoente desse campo. Esse termo passou a ser usado por professores que lecionavam para o público adulto. Tal modelo andragógico é baseado em alguns pressupostos, que dizem respeito às características dos educandos adultos, dentre eles:

- 1- Auto-conceito – na medida em que a pessoa amadurece, sua autopercepção move-se de uma personalidade dependente para um ser humano autodirecionado;
- 2- Experiência – no processo de amadurecimento, a pessoa acumulará experiências que se transformarão em subsídios ao processo de aprendizagem;
- 3- Vontade de aprender – na medida em que a pessoa amadurece, sua vontade de aprender se orienta para responder aos papéis sociais que tem a desempenhar;
- 4- Orientação para a aprendizagem – quando uma pessoa amadurece, sua perspectiva de tempo muda, assim, o conhecimento deve ter aplicação imediata a fim de resolver seus problemas cotidianos;

5- Motivação para aprender – a motivação de uma pessoa adulta para aprender é interna. (SILVA *et al*, 2012, p.99-100)

A partir desse modelo, podemos verificar que ele “supõe que os adultos estão prontos para aprender quando sentem uma necessidade de saber ou fazer algo em alguma dimensão da sua vida” (SILVA *et al*, 2012, p.108). Por isso, Freire (1979) defende que

a educação, para não instrumentar tendo como objeto um sujeito – ser concreto, que não somente está no mundo, mas também está com ele -, deve estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade à qual se destina, quando se integra neste ambiente que, por sua vez, dá garantias especiais ao homem através de seu enraizamento nele. (FREIRE, 1979, p.60)

De acordo com Carvalho (2010), no modelo andragógico, a aprendizagem é de responsabilidade compartilhada entre professor e aluno. Daí a importância de considerar, no processo de aprendizagem, as experiências que o educando adulto leva para a sala de aula, fazendo com que suas vivências o estimulem no aprendizado.

Silva *et al* (2012, p.111) explicam que “as pressões interiores do adulto são os maiores fatores de motivação, como por exemplo, a vontade de melhorar sua qualidade de vida, de se sentir valorizado, de elevar sua satisfação profissional e até de potencializar a autoestima”. O educando adulto é independente e traz consigo uma bagagem de experiências e vivências, diferente das crianças. Devido a isso, o ensino para esse público também deve ser diferente do ensino das crianças, levando em consideração suas especificidades e conhecimentos. Portanto, o educador deve ter um maior cuidado ao utilizar práticas educativas, para que não infantilizem esse educando. Silva *et al*. (2012), comentam que:

os adultos chegam a uma formação, a uma situação educativa com ampla bagagem de experiências, muito maior que as dos jovens, ou melhor dizendo, com outros tipos de experiências. Essas experiências são acumuladas ao longo da vida, mas, comparadas às dos jovens, são diferentes daquelas vivenciadas na juventude em outro período. São digamos, diferenças geracionais, as quais a educação de adultos deve considerar. (SILVA *et al*, 2012, p.106).

Deste modo, com base nesses fundamentos, é importante refletirmos que, na educação dos adultos, o currículo deve ser pensado com base nas necessidades e vivências do educando. A aprendizagem deve ter como foco o aluno, contando com a

participação dele e possibilitando a troca de experiências. Nesse caso, o professor deve ser um facilitador do processo de conhecimento e aprendizagem. Ele deve ser capaz de “aprender que os adultos precisam que ele lhes ajude a compreender a importância prática do assunto a ser estudado, experimentar a sensação de que cada conhecimento fará diferença e mudará efetivamente suas vidas” (CARVALHO *et al*, 2010, p.81) bem como compreender que o aluno adulto demanda desafios.

Para Martins (2012), a alfabetização e o letramento em uma sala de jovens e adultos seria um desses desafios diários, cabendo ao educador ter um olhar atento para além da sala de aula e pensar em atividades que contribuam para um aprendizado significativo do educando adulto, que o ajude a se tornar um cidadão crítico diante da sociedade em que vive. Nesse contexto, a Andragogia chega para agregar conhecimento ao pedagogo, preparando-o para a realidade de uma sala de EJA, que é diferente de uma sala de aula do ensino regular, em que as faixas etárias são equitativas. Ela procura por estratégias educativas que consideram as características e necessidades do educando adulto.

Assim, tanto a Pedagogia como a Andragogia, embora tragam significados distintos<sup>1</sup>, podem contribuir, cada uma a seu tempo, com a educação de adultos, trabalhando com o respeito aos alunos e a suas capacidades cognitivas, lançando constantes desafios para uma educação inclusiva. Como diria Martins (2012, p.153),

um verdadeiro e completo resgate social, não apenas no sentido de devolver ao aluno EJA o tempo perdido, mas no âmbito da transformação de sonhos em realidade, fixando seus ideais naquilo que a sociedade espera e quer de um cidadão, ou seja, um protagonista da sua própria história”.

Em suma, a aplicabilidade da Andragogia e da Pedagogia em contextos educativos diversos conferirá flexibilidade e valor à prática docente.

## **2. A EJA NA ATUALIDADE**

De acordo com os estudos de Miguel Arroyo (2011), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma longa história, mas ainda é um campo não muito considerado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, mais

---

<sup>1</sup> De acordo com Litto e Formiga (2009, p.105), “a pedagogia vem do grego *paidós* – criança – e *agogós* – guiar, conduzir, educar” e “andragogia também do grego *andros* – adulto – e *agogus* – guiar, conduzir, educar; termo utilizado pela primeira vez em 1833, pelo professor alemão Alexander Kapp” (LITTO e FORMIGA, 2009, p. 106).

especificamente no que se refere à formação dos educadores para essa modalidade. O campo da EJA se volta para educandos das classes populares, jovens e adultos que vivem à margem de seus direitos e, por isso, voltam à escola em uma etapa avançada de sua vida, com o pensamento de re/começar o processo de escolarização ou até mesmo de concluí-lo. Segundo Barreto (2006, p.04),

a visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos.

O educando da EJA, geralmente, foi excluído social, cultural e economicamente da sociedade. A maior parte que frequenta as salas de aulas é composta por trabalhadores, pobres e negros que, ao retornarem às escolas, trazem marcas da vivência e das dificuldades enfrentadas em sua trajetória de vida. É uma educação, então, marcada por diversas tentativas de reconfiguração como, a improvisação, a indefinição, o voluntarismo, as campanhas emergenciais e as soluções conjunturais (ARROYO, 2011). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000, p.66),

no Brasil, país que ainda se ressentia de uma formação escravocrata e hierárquica, a EJA foi vista como uma compensação e não como um direito. Esta tradição foi alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a idéia de compensação substituindo-a pelas de reparação e equidade. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando.

Por isso, há uma necessidade de se configurar a EJA como um campo de responsabilidade pública do Estado, pois a Educação Básica é um direito de todos os jovens e adultos, previsto na Constituição de 1988, que garante a educação para todos como direito público subjetivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), também reforça, em seus Artigos 4º e 5º, que é de responsabilidade do Estado o acesso à educação básica para qualquer cidadão, inclusive o público da EJA:

Art. 4º O dever do estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e

disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1996).

Art. 5º - O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1996)

Portanto, para que ocorra uma nova reconfiguração da EJA, a formação de educadores com competências específicas para o campo da EJA se faz necessário. É necessário que a visão simplista e reducionista com que foram vistos os alunos da EJA por todos esses anos como, alunos reprovados, evadidos, defasados, com problemas de aprendizagem e não concluintes do ensino regular, seja superada. Martins (2012, p.152) explica que

devemos pensar que o aluno da EJA traz bastante bagagem, mas nem sempre sabe como utilizá-la e cabe ao educador orientar o caminho para a apropriação do conhecimento, alfabetizando e letrando, em um conjunto ideal de ensino aprendizagem.

Arroyo (2011) alerta que somente ocorrerá avanços na reconfiguração da EJA, no momento que o olhar em relação a esse público for revisto, de forma a perceber que são jovens e adultos que foram e são privados dos bens simbólicos que a escolarização deveria garantir. Como o autor mesmo diz:

Se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou à medida que esses milhões de jovens e adultos forem vistos para além dessas carências. Um novo olhar deverá ser construído: um olhar que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos (ARROYO, 2011, p. 98).

Ainda, segundo Arroyo (2011, p.99),

superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência.

Com essa afirmativa, o autor refere-se à compreensão de que esses jovens e adultos também têm uma trajetória de vida, passam por vivências, fazem parte do meio social e da formação dos valores culturais. Nesse sentido, as trajetórias sociais e

escolares truncadas não significam sua paralisação nos processos de formação mental, ética, cultural, social e política (ARROYO, 2011).

Barreto (2006) argumenta que esses alunos vão para a escola abertos à aprendizagem, indo para as salas de aula com um olhar receptivo, sensível, ativo, curioso, explorador e que pensa. Diante disso, o olhar para esses educandos jovens e adultos precisa ser mudado, considerando que esses são sujeitos de direitos e de deveres do Estado. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) traz, em seu Artigo 37º, na Seção V - Da Educação de Jovens e Adultos, que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).

É importante que os jovens e adultos que buscam a EJA entendam que são sujeitos de direitos e, com isso, pressionem o Estado, para que esse assuma seu dever de garantir esse direito, conforme explica Arroyo (2011, p.103),

tentar reconfigurar a EJA implica assumir essas identidades coletivas. Trata-se de trajetórias coletivas de negação de direitos, de exclusão e marginalização; conseqüentemente, a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais, historicamente negados.

Nessa perspectiva, a reconfiguração da EJA deverá vir do reconhecimento da especificidade dos jovens adultos com suas trajetórias de vida, seu protagonismo social e cultural, suas identidades coletivas de classe, gênero, raça, etnia e também de um olhar mais atento à história da EJA (ARROYO, 2011). Infelizmente, na sociedade, ainda é dominante a imagem de que a educação formal, que implica em uma intenção



determinada, sistemática, com um currículo oficial e regulada, é o sistema ideal para garantir o direito ao conhecimento. Não por acaso, portanto, que a EJA tem sido avaliada como um atraso e uma improvisação, e que essa reconfiguração da EJA, para que ela entre na formalidade escolar, tende a deixar de ser não formal, segundo Arroyo (2011, p.116),

se o parâmetro é o sistema escolar e se suas modalidades de Ensino Fundamental e médio são vistas como as formas ideais e únicas de garantir o direito à educação, as propostas serão no sentido de fazer da EJA uma cópia dessas modalidades. "Adaptar" conteúdos, metodologias, tempos, espaços, organização do trabalho docente e discente às formas lógicas em que foram estruturadas essas modalidades de ensino.

Contudo, o que ainda ocorre em muitas escolas, é o desenvolvimento de um modelo de educação compensatória, que procura “compensar o tempo perdido” e “suprir” aquilo que falta aos educandos, pressupondo que a educação dos jovens e adultos é uma prática de reposição, fazendo com que o sujeito não tenha considerada sua especificidade, ignorando suas vivências. De acordo com Kramer (1982, p.62), a abordagem da privação cultural é a base da educação compensatória. Devemos, então, pensar na educação desses jovens e adultos, considerando como prioridade as especificidades retratadas por eles, e sua diversidade social, étnica, religiosa, sexual, cultural, entre outras. Ribeiro (1999, p.189) dialoga que

a educação de jovens e adultos avançaria na definição de um campo específico de prática e reflexão pedagógica, superando o paradigma da educação compensatória em prol de uma visão mais prospectiva, que articule a educação básica e a educação continuada como direitos de todos.

Com base nessas discussões realizadas até o momento, compreendo que ainda são poucas as políticas públicas que asseguram a formação dos docentes que atendem educandos da EJA, e que sem uma formação adequada, acabam desenvolvendo práticas pedagógicas e reproduzindo metodologias inadequadas que infantilizam os jovens e adultos. Para Martins (2012, p.148),

ao trabalhar as práticas pedagógicas em uma sala EJA, o professor deve estar atento para não criar nenhum tipo de constrangimento que leve o aluno a se sentir diminuído, por isso essas práticas devem se adequar ao processo de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos, já que eles viveram mais que as crianças e já “leram” muita coisa do mundo, o que aumenta a chance de sua bagagem estar repleta de saberes.

Nesse contexto, pode-se dizer que atualmente, as escolas que oferecem EJA deixaram de ser um lugar somente para as pessoas mais idosas, como ocorria em anos anteriores. Houve um processo de juvenilização das turmas de educandos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos e, com isso, vieram novas dinâmicas para o contexto escolar. De acordo com Brunel (2004), este fenômeno de juvenilização surgiu no cenário brasileiro a partir dos anos 90, em uma modalidade de ensino que historicamente era dirigida mais ao público adulto do que aos jovens, a EJA. Ainda segundo Brunel (2004), fatores pedagógicos, políticos, legais e estruturais fazem com que muitos jovens procurem cada vez mais esta modalidade e a cada ano mais precocemente.

Portanto, com a presença desses jovens, o cotidiano escolar acabou mudando, tendo em vista que esses são jovens desmotivados, com históricos de repetência e que estão ali mais por uma imposição da escola do que por livre escolha. Em contrapartida, para os mais velhos, a presença dos mais jovens acaba incomodando, devido ao barulho e às brincadeiras. Silva *et al.* (2012) fala que essa indiferença tende a criar conflitos entre as gerações que frequentam o mesmo espaço educativo e que nesse contexto, a escola não tem conseguido lidar com as especificidades destes alunos jovens e adultos. Na concepção de Maia e Dayrell (2011, p.121),

as gerações compartilham códigos, porém também se diferenciam de outras e, ao coexistirem no interior de um mesmo grupo social, as diferenças geracionais se expressam, frequentemente, em forma de dificuldades e ruídos que alteram a comunicação e às vezes constituem abismos de desencontro que em grande parte estão relacionados com o fato de não compartilharem os mesmos códigos.

Esses mesmos autores complementam, ainda, que

jovens, adultos e idosos, ao estudarem juntos e estarem submetidos a uma mesma regra e situação, configuram uma relação muito diferenciada em se tratando de cenário escolar. Cada estudante individualmente e cada grupo geracional coletivamente criam estratégias diferenciadas para situar-se na escola de EJA e vencer o desafio da escolaridade geracional. (MAIA e DAYRELL, 2011, p.129).

Logo, as relações de gênero em uma sala de aula de EJA são outro fator que aponta para as mudanças no cotidiano escolar da EJA na atualidade, já que a maioria dos educandos é do sexo feminino (SILVA *et al.*, 2012). Por isso, devemos levar em

consideração o grande desafio que é para essas mulheres frequentarem a escola, pois além do trabalho fora de casa, elas têm o trabalho doméstico (da sua casa) e devem conciliar com a escola todas as atividades ligadas a ela.

Vemos, portanto, que são muitas as especificidades dos educandos jovens e adultos, cabendo ao educador aceitar essa diversidade como um fator diferenciador, que exige respostas educativas integradoras, em forma de estratégias de ensino-aprendizagem, capazes de se adaptar às necessidades individuais dos alunos, de acordo com Ocaña e Jiménez (2006). Do mesmo modo, buscar, junto à escola, aprofundar em determinados debates, que contemplem as especificidades dos educandos da EJA, não somente nos projetos pedagógicos, mas também nas práticas pedagógicas, elaborando um currículo escolar adequado para a modalidade da EJA.

### **3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

Como o foco do trabalho é a formação dos educadores para atuar com a educação de jovens e adultos, este capítulo tem como objetivo explicar sobre a importância da formação inicial dos professores dessa modalidade. De acordo com o histórico da EJA no Brasil e da necessidade de implantação de políticas públicas voltadas para essa modalidade, é importante refletir sobre a formação inicial do educador que irá atuar na sala de EJA e a necessidade de se ter uma formação específica, diante dessa desvalorização que essa modalidade e esse profissional enfrentam.

Porcaro e Soares (2012) argumentam que, mesmo que a educação de jovens e adultos venha se expandindo institucionalmente, a realidade dessa modalidade traz em seu bojo algumas lacunas, já que ela ainda vem sendo ocupada por professores sem uma formação específica para atuar com essa realidade específica. Tal lacuna se dá, principalmente, durante os cursos de licenciatura, pois esses não evidenciam a formação em EJA e não aprofundam em questões referentes a esse campo de atuação.

Porém, é destes cursos que vêm a maioria dos profissionais que atuam nessa modalidade. Educadores buscam, de várias maneiras, complementar sua formação, suprindo a falta de formação específica, mas encontram-se em desvantagem em relação ao conhecimento que já se encontra construído. Segundo Porcaro e Soares (2012, p.184),

no contexto da EJA, constitui-se também a figura do trabalhador voluntário, que se solidariza com o cidadão a quem foi negado o direito básico da educação; a figura do educador do movimento social, que se envolve com as questões da EJA pelo comprometimento ideológico com a construção da cidadania; a figura do alfabetizador contratado pelos programas de alfabetização do governo, levado a desenvolver seu trabalho a partir de uma formação aligeirada e superficial e tendo um tempo limitado e insuficiente para o cumprimento de seu objetivo; a figura do professor do sistema regular de ensino, em turmas de EJA, que traz consigo uma formação em termos de conteúdo, mas sem uma formação pedagógica específica para a atuação com essa realidade diferenciada.

Por isso, é muito importante que as licenciaturas ofereçam formação em EJA, para que possa contribuir para a construção desta profissionalidade docente. É preciso que se pense também em um processo que solidifique a formação deste profissional e que tenha sua base em curso de graduação. Para que isso ocorra, uma das alternativas seria inserir nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas, disciplinas sobre a temática, que estimulariam, de acordo com Porcaro e Soares (2012, p.191),

o desenvolvimento de projetos de extensão nesse campo de atuação criando-se condições para que esses educadores tenham a formação continuada em seus locais de trabalho integrando teoria e prática” alimentando “as duas asas do pássaro” – formação teórica e formação prática – complementares e essenciais ao processo de profissionalização.

Somando-se a isso, o Plano Nacional de Educação (2014) define, na Meta 16 e na estratégia 16.1:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégia: 16.1: realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (BRASIL, 2014).

A partir das referências utilizadas até o momento, podemos inferir que, dentre as lacunas já mencionas, há ainda uma carência de professores para a EJA, devido a desvalorização desse profissional, aos salários baixos, às condições de trabalho que,

muitas vezes, são precárias e devido aos poucos recursos de apoio que são disponibilizados para trabalhar nessa modalidade.

Por isso, evidencia que, na maioria das vezes, se encontram na EJA aqueles educadores que não tiveram, em sua formação inicial, disciplinas direcionadas para atuar nesta modalidade, baseando sua prática em conhecimentos que foram construídos através da experiência no sistema regular de ensino, com crianças e adolescentes. Sendo esse um dos fatores responsáveis por infantilizar o aluno da EJA, uma vez que acabam usando como referências as mesmas teorias e práticas utilizadas com as crianças.

Apesar disso, não se pode negar que o governo oferece livros específicos para essa modalidade, através no Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Tal programa considera a necessidade de estabelecer um programa nacional de distribuição de livro didático adequado ao público da educação de jovens, adultos e idosos, como um recurso básico, no processo de ensino e aprendizagem.

Do mesmo modo que acontece com a alfabetização, a continuidade dos estudos dos jovens e adultos não ganha uma atenção diferenciada por parte dos cursos de formação docente. Sendo a formação recebida pelos professores insuficiente para atender às exigências da EJA.

Em decorrência disso, se faz necessário uma formação inicial específica e consistente, assim como também o investimento em uma formação continuada para os professores que trabalham ou pretendem trabalhar com a EJA. É necessário que as teorias ultrapassem os discursos e se objetivem nas relações pedagógicas dos professores, bem como, investir em políticas públicas de formação para atuar nessa modalidade, tendo em vista que formar um indivíduo é orientá-lo para as transformações e conhecimentos, e a escola, como instituição social, deve se esforçar para abrir possibilidades de mudança em suas práticas (ABDALLA, 2001). Mas para que tenha bons efeitos, é preciso também transformar a ação e a formação do professor, fazendo um trabalho coletivo, desenvolvendo práticas colaborativas com todo o corpo docente da escola.

Diante desse contexto, considero que o processo de formação deve servir para superar os problemas que os educadores enfrentam no fazer pedagógico e que apenas serão superados a partir da aproximação da ação educativa do educador com a realidade dos educandos e suas especificidades. Do mesmo modo, o aluno da EJA também deve se reconhecer como sujeito de aprendizagem, procurando ter uma participação ativa nas

aulas, expressando opiniões, para que o professor consiga criar estratégias para lidar com as especificidades que esses educandos possuem e lhe proporcionar mais conhecimentos. É preciso, ainda, levar em consideração que a realidade dos educandos e as práticas educativas são ações fundamentais para se pensar criticamente a intervenção pedagógica, valorizando a participação do educando na construção do currículo. Também, é preciso uma formação que aprofunde nessa temática, que melhore a qualidade da intervenção do educador de jovens e adultos e não somente o seu discurso. Vóvio e Bicas (2001, p.205) enfatizam que

o processo de formação ganhou contornos mais precisos e passou a ser entendido como uma situação de aprendizagem, cujo motor é a reflexão sobre a própria ação e a busca de conhecimentos e informação para descrever, tomar consciência e justificar as estratégias de sucesso que se empreendem.

Finalizando essas discussões, compreendo que quando há um aperfeiçoamento somente por meio de estudos ou de cursos, a formação que o educador recebe acaba sendo insuficiente e inapropriada para atender às demandas da modalidade de EJA. Para que mudanças na prática do professor aconteçam, este precisa ser incentivado a fazer uma análise crítica de seu trabalho, buscando modificar essa prática. Por isso, é importante a relação teoria e prática, pois o aprendizado construído somente a partir da prática tem sido frágil para a construção de referenciais básicos para a EJA, fazendo com que o educador tenha dificuldades em lidar com as especificidades do educando desta modalidade.

#### **4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

A prática docente do educador da EJA deve ser a de um mediador na formação dos educandos jovens e adultos, através da utilização de estratégias que sejam adequadas e que permitam aos alunos alcançarem um novo nível de conhecimento. Freire (1996, p.21) explica que é necessário, para a formação docente, “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Para que isso aconteça, o professor deve se preocupar em investir no seu processo de formação continuada.

Vimos, no Capítulo 3, que a formação inicial de professores para atuar com esta faixa etária de alunos é insuficiente, e que muitos deles encontram dificuldades e

obstáculos para trabalhar com o público desta modalidade e com as especificidades desses educandos. Assim, percebe-se que o educador da EJA, que tem afinidade nessa modalidade, adquire seus saberes na prática e na formação continuada, pois na formação inicial ele teve poucas oportunidades de aprender e refletir sobre os processos de desenvolvimento do aluno adulto.

A formação continuada pode ser entendida como aquela que se enriquece no próprio contexto escolar, nas práticas pedagógicas do professor, em seu processo de formação em serviço. Para Silva (2007), a formação continuada é um direito de todos os docentes e deve ser garantida no espaço da escola. Vóvio e Bicas (2001) ressaltam que esse processo de formação passou a ser entendido como uma condição de aprendizagem, cujo princípio é a reflexão sobre a própria ação e a busca de conhecimentos e informação para descrever, tomar consciência e justificar as estratégias de sucesso que se realizam e superar os problemas enfrentados na prática pedagógica.

É com base nessa descrição que pudemos constatar, por meio da literatura analisada, que os professores não têm suporte para trabalhar com a EJA, apresentando uma ausência de conhecimentos básicos, já que as licenciaturas não aprofundam sobre a temática de EJA. Cabe enfatizar que, diante desse contexto, a gestão escolar das instituições deve estimular esse professor na formação continuada, pois de acordo com Franco (2010, p.122),

essa ausência da reflexão sobre a EJA nos cursos de formação inicial dos docentes compromete a ação futura do educador, uma vez que a realidade e a experiência do adulto são diferentes das vivenciadas pelas crianças, o que exige uma ação educativa que observe as características dos jovens e adultos que procuram a escola e valorize seus saberes, experiências e vivências, e se revelem no processo educativo.

Segundo Rosa (2008), a formação continuada é importante para que os docentes adquiram um olhar crítico, para que possam refletir sobre suas práticas e reformular constantemente posturas pedagógicas. Os programas de formação continuada para os professores da EJA são essenciais para a construção da identidade do profissional docente. Esses devem ser pensados como espaço, e tempo, de reflexão e de produção pedagógica, fortalecendo assim a relação entre a teoria e prática. A mesma autora comenta que,

cabe às instituições das esferas privadas e públicas proporcionar de forma responsável esse espaço tão importante à profissionalização dos educadores, permitindo a flexibilização das fronteiras entre o currículo

e a formação docente, uma vez que as análises curriculares têm estreita ligação com tal formação. (ROSA, 2008, p.167)

Ainda com relação à formação continuada, Porcaro (2011) dialoga que, em relação a essa formação, os estudos apontam sobre a importância de se colocar o professor como centro do processo e da pesquisa, e a necessidade de articulação dos saberes docentes, da pesquisa da própria prática docente, da reflexão sobre a reflexão-ação, e da relação entre a prática de sala de aula, na escola e no contexto sócio-histórico mais amplo. O estudo sobre a história da legislação da formação de professores constata que essa formação passou a ser assunto de políticas sociais, adquirindo grande visibilidade quando a escolarização se universalizou como direito de cidadania. (PORCARO, 2011)

Complementando tais informações, Porcaro e Soares (2012) exemplifica comentando sobre a importância dos Fóruns de EJA como espaço formativo, agregador, propiciador de engajamento e comprometimento. Esses são espaços de mobilização, de troca de experiências, de construção de políticas públicas para a educação de jovens e adultos e esses devem ser valorizados na constituição do profissional docente, pelo crescimento profissional que ele proporciona.

Nesse contexto, a formação continuada de professores direcionada à educação de jovens e adultos deve buscar aprimorar, (re) significar as metodologias de ensino e promover um ensino significativo, ajudando o educando a ter uma visão crítica sobre os assuntos que forem abordados em sala de aula e até mesmo no meio social em que vive, pautando no conhecimento da realidade desse educando. Sem nos esquecermos, também, que a EJA tem o seu currículo constituído por meio da participação e das experiências dos educandos.

O educador, como mediador do conhecimento, deve ser, então, um facilitador do processo de ensino, sua relação com os educandos precisa estar pautada em uma relação de diálogo, confiança, respeito e colaboração aos educandos jovens e adultos, para que se sintam desafiados a aprender. No decorrer de suas atividades é importante que o educador assuma a busca pela motivação e incentivo aos educandos da EJA nos estudos. Sendo assim, é exigido dos educadores tempo para o planejamento.

Por isso, a importância do professor estar em processo contínuo de formação e trabalhar com metodologias adequadas para essa modalidade, ou seja, metodologias diferenciadas que possam mobilizar, despertar o interesse dos alunos, propiciar uma aprendizagem significativa que atenda às especificidades, necessidades e expectativas



dos educandos. Para, além disso, tais metodologias devem trazer assuntos que fazem parte da realidade do educando, do seu contexto social, isso pode fazer a diferença na vida dos educandos jovens e adultos. Acredito que a todo o momento o educando precisará ser desafiado a aprender com situações cotidianas que desafiam a reflexão e ação.

No entanto, para que ocorra um bom desempenho destes educandos no ensino, é necessário contar com o apoio das políticas públicas, da gestão escolar, na figura do coordenador pedagógico, que tem como um de seus papéis atuar no processo de formação continuada dos professores e também do aluno, pois o professor não deve ser o único responsável pelo ensino. Porém, essa nem sempre acontece nas escolas, devido a vários fatores, como a falta de incentivo, de tempo e, muitas vezes, de interesse destes.

Contudo, podemos afirmar que a formação do professor na modalidade de EJA deve ser contínua, pois o trabalho com essa modalidade como em qualquer outra modalidade de ensino demanda muita preparação e dedicação. Machado (2001) ressalta a necessidade de um processo de formação continuada, articulando a teoria e a prática, que supere a desarticulação entre as propostas pedagógicas de formação e os objetivos específicos da EJA. A formação continuada deve ser feita relacionando-a com as práticas cotidianas e com acompanhamento sistemático.

Finalizando, o professor deve estar sempre refletindo sobre a sua prática pedagógica e contando com o apoio do coordenador pedagógico e com políticas públicas de formação docente, para buscar sempre, por trocas de experiências, por novas perspectivas, e por novas metodologias de ensino e aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A modalidade de EJA ainda é um campo que não é muito consolidado na área das políticas públicas. Devido a isso, essa pesquisa buscou explorar e analisar essa temática do processo de formação dos educadores de jovens e adultos, fazendo uma breve revisão sobre esse estudo. A primeira parte deste estudo discutiu o conceito de Andragogia, analisando sua concepção, seus fundamentos e suas práticas sociais. Com isso, pudemos analisar alguns fundamentos e aspectos importantes, que dizem respeito às características do educando adulto, sua contribuição para a educação e a importância de considerar as experiências e vivências desse educando.

A segunda parte abordou basicamente a temática EJA, analisando as especificidades dos educandos que frequentam essa modalidade. Nota-se que a análise neste capítulo teve como objetivo contextualizar a temática de EJA e, ao construí-lo, vieram em minha memória as vivências nas disciplinas, que foram fundamentais para esta escrita, como uma base, um conhecimento prévio a respeito da temática.

A terceira parte foi o responsável por dar início à discussão sobre a formação inicial dos educadores de jovens e adultos. Neste capítulo, pude analisar que a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciatura é insuficiente para preparar os educadores para atuar na educação de jovens e adultos. Acredito, então, que se faz necessário uma reflexão maior sobre a EJA nos cursos de formação, pois serão esses quem irão formar os futuros educadores.

A quarta parte trouxe uma discussão de alguns autores em relação ao processo de formação continuada desses educadores. Pude analisar a importância que o coordenador pedagógico tem na motivação e na formação continuada dos professores. Porém, sabemos que o professor deve fazer sua parte, procurando estar sempre empenhado na busca por novos conhecimentos. Após a análise, diante do contexto em que se encontra a educação de jovens e adultos, foi possível considerar que esta possui uma necessidade de que o governo olhe com mais atenção para essa modalidade e para a formação dos educadores que irão atuar nela.

Para que o educador esteja apto à realizar práticas diferenciadas, é preciso que tenha uma formação contínua e não somente a formação que se dá na graduação. Com isso, inferimos que as licenciaturas devem procurar inserir essa temática nas disciplinas durante o decorrer do curso. Percebe-se, então, que acontece uma desatenção por parte das licenciaturas com a área da EJA, pois a Universidade, refletindo a sociedade, parece não dar muita ênfase a essa modalidade, bem como a todas as outras áreas específicas de atuação docente, como a Educação Indígena, a Educação Quilombola e outras.

A formação inicial e continuada dos educadores é fundamental para que se tenha uma educação de qualidade para esses educandos que frequentam a EJA. Dessa maneira, o educador poderá estar capacitado a elaborar didáticas que irão resultar em bons desempenhos. E, além disso, mostrar aos alunos a importância de dar continuidade aos estudos, a fim de que se tornem cidadãos reflexivos, críticos e participativos na sociedade. Não se pode esquecer que, para que o educador de jovens e adultos possa contribuir para uma aprendizagem significativa, este deve estar preparado para atender a

esses alunos em todas as suas especificidades e, portanto, deve conhecer seus alunos e suas necessidades.

A formação do educador de jovens e adultos, na falta de uma formação inicial específica, em cursos de graduação, acaba ocorrendo durante o próprio processo de ensino, no cotidiano escolar do professor, na relação que se estabelece no dia-a-dia. Algumas vezes, os professores mostram-se interessados, garantindo, assim, sua própria formação continuada, embora sem um conhecimento mais reflexivo e sistematizado.

Cabe ao professor, juntamente com o apoio da gestão escolar, buscar uma formação específica, para que saiba utilizar metodologias adequadas às turmas de EJA, bem como meios de se atualizar e se adaptar à realidade desses diferentes educandos.

A responsabilidade pela formação continuada dos educadores deve ser, igualmente, do sistema de ensino, das políticas públicas e do coordenador pedagógico da escola, juntamente com os professores. Cabe à gestão escolar, também, incentivar o educador na busca por essa formação. O professor deve ter a capacidade de refletir sobre sua prática docente e, assim, adaptá-la conforme a realidade e a cultura dos alunos jovens e adultos. Por isso, sua formação deve ser contínua, para que ele consiga buscar novos meios de ensino e aprendizagem para esses alunos.

Por fim, conclui-se que a formação dos educadores para atuarem com a Educação de Jovens e Adultos é fundamental para que haja qualidade no processo de ensino, pois com os conhecimentos adquiridos em formação, ele poderá utilizar estratégias que tragam bons resultados na aprendizagem do educando, mostrando também a importância de serem alunos críticos na sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica: consequências e impactos para o processo de profissionalização dos educadores de EJA. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo, v. 1, n.13, p. 9-18, 2001.

ARROYO, Miguel. Educador em diálogo com nosso tempo. In: NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Coleção Perfis da Educação**, 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BARRETO, Vera. **Alunas e alunos da EJA**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2006.

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em: 03 dez. de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB nº11/2000**. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf) >. Acesso em 03 dez. de 2017.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos** (PNLD-EJA), 2009. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17458-programa-nacional-do-livro-didatico-para-educacao-de-jovens-e-adultos-pnld-eja-novo>>. Acesso em 03 dez. de 2017.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Jair Antonio de [et al]. Andragogia: considerações sobre a aprendizagem do adulto. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 78-90, 2010. Disponível em: <<http://www.ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/108/107>>. Acesso em 03 dez. de 2017.

FRANCO, Francisco Carlos. A coordenação pedagógica e a educação de jovens e adultos. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Orgs). **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. Ed. Loyola, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 21.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, p.44, 2002.

KRAMER, Sônia. Privação Cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, p.54 – 62, 1982.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em 03 dez. de 2017.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos. **Educação à distância: estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores de EJA: como as pesquisas tratam deste tema? In: Alfabetização e Cidadania: **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, nº 13, RAAAB, Dez/2001.

MAIA, Carla Linhares, DAYRELL Juarez. Juventude e relações intergeracionais na EJA: apropriações do espaço escolar e sentidos da escola. In: SILVA, Isabel de Oliveira e, LEÃO, Geraldo (Orgs.). **Educação e seus autores: experiências, sentidos e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARTINS, Rose Mary Kern. Pedagogia e andragogia na construção da educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, v. 12, n. 1, 2013, p.143-153.

Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20331/12520>>. Acesso em 03 dez. de 2017.

OCAÑA, Antonio Ma López; JIMÉNEZ, Manuel Zafra. **Atenção à diversidade na educação de jovens**. Artmed, 2006, p. 19-35.

PORCARO, Rosa Cristina. **Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos**. 2011. 187f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

PORCARO, Rosa Cristina e SOARES, Leôncio. Os desafios da formação do educador de jovens e adultos. In: EITERER, Carmem Lucia e CAMPOS, Rogerio Cunha (orgs.). **Sujeitos sociais, processos educativos e enfrentamentos da exclusão**. Ed. Mazza, 2012.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301999000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300010)>. Acesso em: 03 dez. de 2017.

ROSA, Sonia Maria Oliveira da. Formação continuada dos professores da EJA: ressignificando a prática. In: SCHEIBEL, Maria Fani e Lehenbauer, Silvana (Orgs.) **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Ed. Mediação, 2008.

SILVA, Natalino Neves da. **Afinal, todos são iguais?** EJA, diversidade étnico-racial e a formação continuada de professores. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

SILVA, Adelson Ferreira [et.al]. SILVA, Geovani de Jesus. OLIVEIRA, Julia Maria da Silva. CRUZ, Neilton Castro da. **Educação de jovens e adultos**. MOD 6 – VOL 3. p. 53-110. 2012

SOARES, Leôncio. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino (Orgs.), **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 1.ed., 1ª reimp., Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2006.

VÓVIO, Cláudia e BICAS, Maurilane de Souza. Formação de educadores: aprendendo com a experiência. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, São Paulo, n. 13, dez. 2001, p. 201-211.